



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Educação Sexual **Diafragma na sala de aula**

**"Escolas estaduais recebem kit para
ensinar métodos anticoncepcionais"**
(A Notícia, 9/4, p. 12)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 9, 10 e 11/4/11



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 09/04/11
Assunto: Diafragma na sala de aula		Página: 12

Educação sexual

Diafragma na sala de aula

Escolas estaduais recebem kit para ensinar métodos anticoncepcionais

As escolas estaduais de Joinville e região receberam, durante a última semana, um material que será usado nas aulas de educação sexual, que abordam temas como contracepção, planejamento familiar e também como evitar doenças sexualmente transmissíveis.

Agora, além de explicar com a ajuda dos livros, os professores contarão com dispositivos como camisinha feminina e diafragmas para passar informações de como funcionam os métodos contraceptivos que podem ser usado pelas mulheres, entre outros materiais. O diafragma é formado por uma cúpula rasa feita de silicone (ou látex), com bordas firmes e flexíveis. Cobrindo o colo do útero, impede a passagem dos espermatozoides, evitando a fecundação.

O kit foi disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde, por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação, e já foi entregue às 62 escolas estaduais da região. "Esta ação está

instrumentalizando os professores, que agora podem explicar melhor como funciona este dispositivo", ressalta a supervisora de educação Evelise de Fátima Martins. "Os alunos da 7ª série (8º ano), por exemplo, estão estudando o aparelho reprodutivo, e o professor agora poderá utilizar o material para linkar este conteúdo com os métodos contraceptivos existentes e a questão da prevenção à doenças sexualmente transmissíveis."

Mas a iniciativa, a princípio, não foi muito bem recebida por algumas escolas. Segundo Evelise, como o assunto sexo ainda é tabu, assim que o material chegou às unidades de ensino, surgiram alguns questionamentos. Teve quem pensou que o material seria distribuído para as crianças e adolescentes.

Por isso, esta semana, a gerência de ensino decidiu enviar um comunicado para todas as escolas estaduais que receberam o kit explicando que o material tem fins exclusivamente didáticos, para serem usados nas aulas de educação sexual. "A escola orienta, sim, o uso de preservativos, mas nenhuma unidade de educação distribui preservativos. A orientação é para que o aluno procure o posto de saúde", esclarece.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 10/04/11
Assunto: Escola vira anexo da Assembleia		Página: 31

Escola vira anexo da Assembleia

Legislativo. Decreto do governador Colombo cede a Celso Ramos para os deputados por 20 anos

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

@joao_ND

FLORIANÓPOLIS — Não bastou avançar sobre a rua Anastácio Kotzias, cercada com grades e transformada em estacionamento, e hoje é só passagem de pedestre, a Assembleia Legislativa recebeu mais uma área de 5.000 m² onde funcionou a Escola de Educação Básica Celso Ramos, fechada desde o começo do ano. Hoje, o Palácio Barriga Verde, sede do Legislativo, está numa área de 17.000m².

Decreto do governador Raimundo Colombo (DEM), assinado quarta-feira, destina o espaço

da Escola Celso Ramos para a sede da Assembleia ampliar as instalações. Com este acréscimo, o Palácio Barriga Verde vai ficar com área de 22.000m², numa matrícula 84.000m², onde também está o Tribunal de Justiça e outros prédios públicos.

Em troca, a cessão de uso por 20 anos, o Poder Legislativo promete construir creches e escolas para atender a comunidade do entorno. Prainha e Morro do Mocotó. O diretor-geral da Diretoria de Gestão de Patrimônio da Secretaria de Administração, Pedro Roberto Abel, diz que a cessão de

um bem público não tem necessidade de compensação.

A proposta de compensação pela utilização do imóvel foi da própria presidência da Assembleia, que propôs também que a destinação do imóvel fosse por 20 anos, quando podia ser indeterminado. No fim do prazo o imóvel retorna ao antigo dono.

A próxima etapa será a avaliação do imóvel. Essa tarefa ficará a cargo dos técnicos do patrimônio do Estado. O laudo leva em conta vários critérios, um deles a viabilidade de construção, para se chegar ao valor do imóvel.



ESCOLA

Antiga unidade estadual servia as comunidades da Prainha e do morro do Mocotó

Rua desaparece e vira estacionamento privado

A Escola de Educação Celso Ramos fica na rua professor Aldo Câmara da Silva. A Anastácio Kotzias, cercada em 2006, passa ao lado. O interesse da Assembleia Legislativa é instalar no espaço setores administrativo que hoje estão em prédio alugado por R\$ 30 mil por mês no edifício João Cascais, na Hercílio Luz. A mudança das diretorias administrativa foi para facilitar as reformas dos gabinetes dos deputados que serão ampliados.

Por enquanto, a Assembleia tem apenas um levantamento de suas necessidades. E não pode mexer em nada do imóvel cedido pelo Estado. O início da reforma do prédio depende da finalização do processo de avaliação. E depende da avaliação do imóvel a definição do valor da compensação da Assembleia pela

utilização do imóvel. O decreto 159 de 6 de abril estabelece ainda que Assembleia Legislativa será responsável pelo pagamento dos tributos que incidem sobre o imóvel.

A rua Anastácio Kotzias foi aberta em 1987 pelo prefeito Edison Andrino, que hoje é deputado, e fechada pelo prefeito Dário Berger, que assinou lei 7215 em 30 de novembro de 2006. Num único artigo a prefeito decretava a morte da rua: fica desafetada da destinação de uso comum do povo a rua Anastácio Kotzias, que passa a ser de uso especial, destinada a estacionamento da Assembleia Legislativa.

Estudantes transferidos.

Os alunos da escola Celso Ramos foram para outras escolas na área central de Florianópolis, como Henrique Stodiek e Silveira de Souza



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 09 e 10/04/11
Assunto: Diversos		Página: 02

Até o fim

Embora enfrentando cortes no orçamento do Ministério da Pesca, a ministra Ideli Salvatti, está empenhada e dedicada à nova função e garante que não sofrerá interrupções em 2012. Ou seja, não é candidata, mas vai trabalhar pelo partido. Deixando claro, que apenas nas horas vagas. Abraçou a causa do ministério e pelo visto tem por meta fazer a diferença. Em pouco tempo já tem uma radiografia completa do segmento e reconhece que existe muito o que fazer, principalmente no que se refere à renovação da frota pesqueira. Para se ter uma ideia, atualmente a pesca em alto mar só é possível com embarcações alugadas do Japão. Mas uma das ações mais fortes será o aumento do consumo aliado à fiscalização. Isso passa pela alimentação escolar que deve evoluir em 20% com o ingresso de mais duas mil prefeituras no cadastro do Fundo

Nacional para o Desenvolvimento Escolar. É o peixe na merenda. O incentivo à criação de pescado é outra meta da ministra diante de informações de que nos últimos anos aumentou em 60% o consumo de ração para peixes. A ministra garante que é muito rentável investir na criação de peixes e crustáceos e confirmou que o BNDES vai criar linhas de crédito inéditas para o setor. Sobre política afirmou que em 2014 será candidata, mas não sabe para o quê. "Mas que eu serei candidata eu serei," concluiu.



ARQUIVO/OND



DIVULGAÇÃO/OND

1 Firme 1

O prefeito Dário Berger pode até deixar o PMDB e tentar construir sua candidatura ao governo do Estado por outra sigla, mas o que ele vem fazendo mostra o contrário. Colocou no governo municipal quatro históricos do partido e abriu as portas para peemedebistas. Dias atrás, no diretório municipal, fez um discurso integrado à sigla. Na verdade, está fortalecendo seu nome e se aproximando cada vez mais do PMDB, claro que interessado em robustecer a candidatura do seu pupilo Gean Loureiro.

Firme 2

Falando em robustecer a candidatura, o secretário Gean Loureiro já conta, digamos, com uma pollialiança na Prefeitura de Florianópolis. Além do PMDB, tem espaços ocupados pelo PSB, PR e agora PDT. Ou seja, vêm construindo uma aliança abrangente em torno do seu nome na sucessão de Dário Berger.

Firme 3

Enquanto isso o DEM comunicou oficialmente na sexta-feira aos integrantes do partido para que deixem seus cargos na administração municipal de Florianópolis. Uma tendência que vinha se concretizando depois que o prefeito Dário Berger passou a alfinetar o governador Raimundo Colombo. O DEM, com isso, deixou claro que tem candidato à prefeitura, o secretário César Souza Júnior, pois integrar uma administração que trabalha por outra candidatura demonstra uma certa incoerência.

Será que teremos realmente um cronograma final das obras de duplicação do trecho Sul da BR-101, prometido para o dia 12 de abril? Mas o importante seria saber por que enganaram a população.


É a vida segue



Agressivo

O vereador Pitanta vai se incomodar. Usou a tribuna da Câmara para mais uma vez atirar contra o prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt. Até aí, faz parte dos meandros da política, mas acusá-lo de forjar um problema cardíaco respingou também nos médicos que o atenderam e deram assistência.

Estendendo a mão

A assinatura na sexta-feira do programa "Pintando a Liberdade" pelo governador Raimundo Colombo mostra bem a preocupação na ressocialização de egressos do sistema penitenciário. Já expressou várias vezes que o ideal seria proporcionar aos detentos oportunidades que os afastassem do mundo do crime. Esse programa consiste na produção de material esportivo em penitenciárias catarinenses, desde a confecção de bolas e materiais gerais. Proporciona uma ocupação além de remuneração. Como também permite, inclusive, a redução da pena. Por enquanto esse programa funciona no Complexo Penitenciário de Florianópolis, mas será estendido para outras unidades do Estado.

Escolas

Na segunda-feira o secretário da Educação, Marco Tebaldi, reúne os diretores para discutir segurança nas escolas. Quer reduzir a vulnerabilidade. Mas de que forma? O tema não é tão simples assim, pois mexe inclusive com direitos individuais. Tebaldi já pensou em adotar a tecnologia de vigilância com câmeras nas salas de aula permitindo que os pais acompanhem on line os filhos. Há reações contrárias. Como também há críticas à adoção de portas que detectem metais, pois há pais que alegam que o filho não pode ser tratado como marginal. E agora? A intenção é aumentar a segurança, o que já vem sendo feito com câmeras instaladas na parte externa das escolas. Além de solicitar mais policiamento nas redondezas. Algo tem que ser feito, mas exigirá bom senso e visão.



PRESENÇA

Assim que assumiu o comando do DEM, o senador Agripino Maia declarou que visitaria todos os Estados. Começa na quinta-feira por Santa Catarina. Reune-se com o governador Raimundo Colombo, com o presidente da Assembleia, Gelson Merisio, e participa do encontro de lideranças em Florianópolis. Na sexta e no sábado estará em Blumenau reunido com os prefeitos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Uma das ideias é estimular o intercâmbio de ações entre prefeitos da região Sul.

COMBATE

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros esteve reunida esta semana no Senado para um primeiro painel do ciclo de debates destinado a discutir o uso disseminado do crack. O foco são as vítimas do crack, até porque há outras comissões tratando da repressão à droga. No final dos trabalhos, que incluirão visitas a entidades sociais ligadas ao tratamento contra drogas, será organizada, junto com governos estaduais, uma conferência nacional que terá por objetivo apresentar uma proposta de enfrentamento do crack.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarina/A Notícia/Jornal de SC	Editoria: Reportagem Especial/ANpolítica/Política	Data: 9/10/4/11
Assunto: Governo Colombo – Pesquisa avalia os primeiros cem dias		Página: 4e5/18e19/4 e 5

GOVERNO COLOMBO

Pesquisa avalia os primeiros cem dias

A presidente Dilma Rousseff (PT) e o governador Raimundo Colombo (DEM) receberam quase a mesma nota dos catarinenses após seus primeiros cem dias de governo. Em pesquisa Ibope contratada pelo Grupo RBS, a petista ficou com média de 6,8, enquanto o demista levou 6,9. Foram ouvidas 602 pessoas entre 2 e 6 de abril.

Cerca de um terço dos entrevistados deu nota oito para Dilma (26%) e Colombo (24%). A maior parte da pesquisa Ibope teve como foco os temas estaduais.

A forma como Raimundo Colombo administrou o Estado nesses primeiros cem dias de governo é aprovada por 70% dos catarinenses entrevistados e desaprovada por 15%. O governador de Santa Catarina tem a confiança de 65%.

Para 47% dos entrevistados, o governo Colombo cumpre o que era esperado com sua eleição, enquanto 36% consideram que a gestão está melhor do que o previsto. O percentual dos que consideram o governo pior que o esperado é de 8%.

A pesquisa também apontou a expectativa de que a gestão seja superior a de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e Leonel Pavan (PSDB). Essa opinião é compartilhada por 53% dos entrevistados, enquanto 32% acreditam que o governo será igual e 6% afirmam que será pior.

O Ibope também perguntou como os catarinenses avaliam o desempenho de Colombo em áreas específicas. Os melhores resultados foram alcançados nas áreas de Educação (39% bom e 31% regular) e Cultura/Lazer (36% bom e 34% regular).

Em contrapartida, a atuação do governador nos primeiros cem dias teve piores resultados em relação à situação das estradas estaduais (31% péssimo e 24% ruim) e na saúde (27% péssimo e 17% ruim).

Na segurança, Colombo foi considerado regular por 37%, bom por 26%, péssimo por 17% e ruim por 16%. Em nenhum quesito, o demista foi tido como ótimo por mais do que 3% dos entrevistados – resultado para a área de educação.

Perguntados sobre quais medidas devem ser tomadas visando ao crescimento de Santa Catarina, 52% dos entrevistados apontaram o investimento em educação.

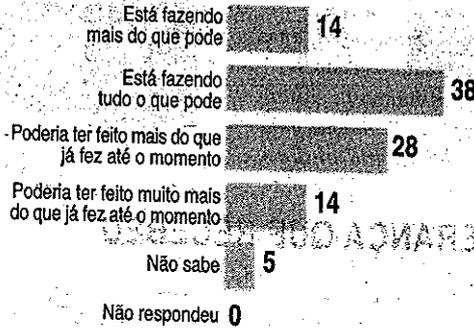
A margem de erro da pesquisa Ibope é de quatro pontos percentuais, para cima ou para baixo.



CLIPPING

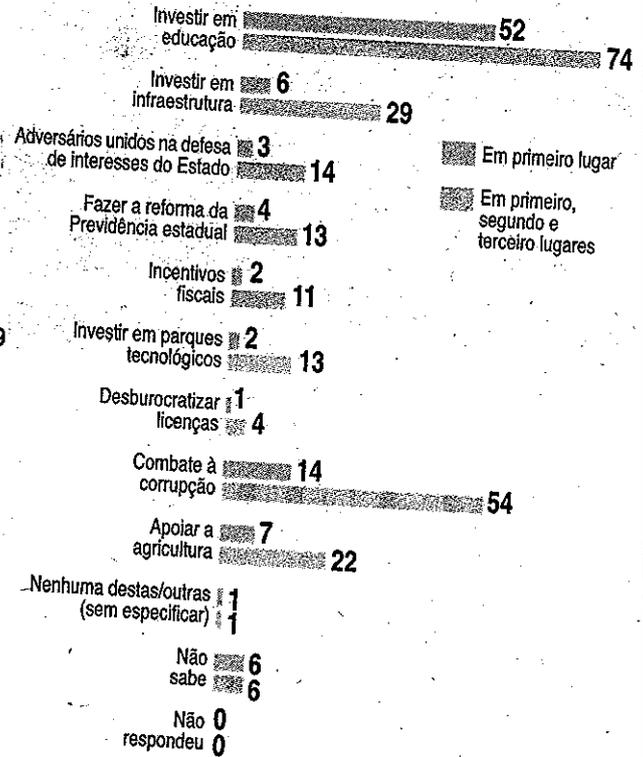
Veículo: Diário Catarina/A Notícia/Jornal de SC	Editoria: Reportagem Especial/ANpolítica/Política	Data: 9/10/4/11
Assunto: Governo Colombo – Pesquisa avalia os primeiros cem dias		Página: 4e5/18e19/4 e 5

Com qual destas opiniões o(a) sr(a) concorda mais em relação ao governador Raimundo Colombo? (Em %)



ALAVANCAS PARA O ESTADO

Na sua opinião, qual destas medidas o(a) sr(a) acha que mais contribui para o crescimento do Estado? (Em %)

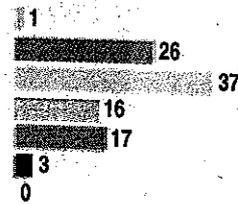


DESEMPENHO POR ÁREA

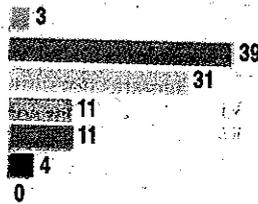
Para cada uma das áreas citadas, o(a) sr(a) acha que a atuação do governador é (Em %):

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não sabe
- Não respondeu

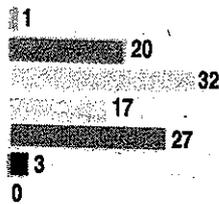
SEGURANÇA PÚBLICA



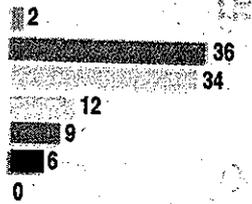
EDUCAÇÃO



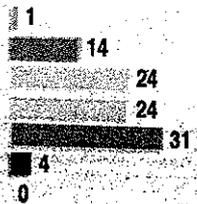
SAÚDE



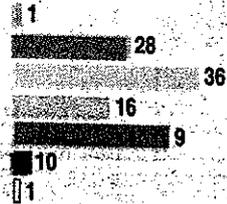
CULTURA E LAZER



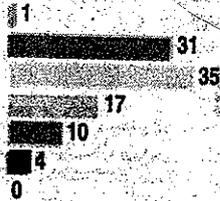
ESTRADAS



FUNCIONALISMO PÚBLICO



INFRAESTRUTURA





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 9/4/11
Assunto: Cyberbullyng		Página: 31

Cyberbullying

Identificada a raiz da tragédia que vitimou 12 crianças em uma escola do Rio de Janeiro: o *bullying*. O atirador, humilhado pelos colegas no estabelecimento, ficou sete anos planejando a vingança. Agora todo mundo vai dizer, e com razão, que é preciso combater o mal, criar mecanismos de prevenção, etc. Os especialistas argumentam que o *bully* (agressor) é sempre mais forte, física ou psicologicamente, do que a vítima.

Certo. O que está sendo esquecido é o fator econômico da questão. Os mais ricos agredem, verbal ou fisicamente,

os menos favorecidos. É a famosa luta de classes, apregoada por Karl Marx, infiltrada na educação. Se o autor de apelidos, chacotas, chutes e socos mora em um apartamento, enquanto seu “amiguinho” vitimizado mora numa casa simples da periferia, vai se considerar “mais forte”. Questão cultural.

O *bullying* é tão grave que está expandindo tentáculos: já chegou à internet, e com um nome pomposo: *cyberbullying*. A divisão de classes, no Brasil, vem da péssima distribuição de renda. O problema, então, é mais complexo do que parece.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 10/4/11
Assunto: Os marajás		Página: 55

Os marajás

Numa sociedade em que o governador revela não ter recursos para pagar um piso salarial de R\$ 1.187,14 para professores, a Assembleia Legislativa está para aprovar lei em que seus funcionários poderão se tornar marajás do serviço público. Projeto de lei visa a agregar 10% a cada ano, até o limite de 100% em 10 anos. E se após esse período o funcionário de carreira trocar

de função ou de gabinete, começa a agregar novamente, podendo chegar a 200% no 20º ano, 300% no 30º ano, etc.

Essa sistemática vai criar situações em que agregando 10% ano o funcionário vai igualar e até superar o salário do deputado. Retardando ao extremo sua aposentadoria, vai competir com Luiz Gonzaga Mendes de Barros. Lembra do “supermarajá” denunciado por Collor na campanha de 1989,

com 140% acima dos demais, graças às incorporações seguidas de décênios, quinquênios, triênios, etc?

É oportuno registrar que o auxílio-alimentação é superior ao salário, aposentadoria, pensão de mais de 60 milhões de brasileiros, e que médicos e enfermeiros da Casa recebem “insalubridade”, como se estivessem sujeitos a doenças transmissíveis como tuberculose e hanseníase.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 10/4/11
Assunto: Curso		Página: 54

- **Curso** - Encerra-se segunda-feira a pré-inscrição para o curso de Literatura à Distância direcionado aos professores de Língua Portuguesa da rede estadual. O curso será realizado pelo Portal da Educação, a partir do dia 18 de abril e vai até o final de julho. Informações pelo telefone (48) 3221-6091.

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Economia	Data: 9/4/11
Assunto: Programa de qualificação		Página: 12

Programa de qualificação



BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que o governo prepara o lançamento de um programa nacional de qualificação. O objetivo é formar mão de obra para manter o crescimento da economia. Segundo Mantega, o programa vai incentivar o ensino universitário e o técnico e deverá ser lançado nas próximas semanas.

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Economia	Data: 9 e 10/4/11
Assunto: Segurança nas escolas		Página: 16

Segurança nas escolas

O acesso facilitado de estranhos ao ambiente escolar tem solução simples. Basta providenciar acessos distintos para a área administrativa e a área de ensino. Quem não for professor ou aluno, seria obrigado a passar pela administração.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Espaço Aberto	Data: 09/04/11
Assunto: O STF e o piso do professor		Página: A3

O STF e o piso do professorado

Em julgamento que durou mais de seis horas, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a ação direta de inconstitucionalidade movida pelos governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará contra a Lei n.º 11.738, que unificou os vencimentos dos professores da rede pública de ensino básico.

Proposta pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, sob a justificativa de que a criação de um piso salarial nacional valorizaria o professorado e daria um “padrão” ao ensino público no País, a Lei n.º 11.738 foi aprovada em regime de urgência pelo Legislativo, apesar da forte oposição da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Confederação Nacional dos Municípios, e deveria já ter vigorado em 2009.

Na época, 37% dos professores do magistério público recebiam menos do que o piso – então fixado em R\$ 950 (hoje, ele é de R\$ 1.187,97). Alegando que a Constituição de 88 dá aos Estados e municípios plena autonomia em matéria de educação e política de remuneração do funcionalismo, prefeitos e governadores tentaram derrubá-la no STF – e isso atrasou sua entrada em vigor.

Além de terem arguido a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.738, prefeitos e governadores passaram a defender a tese de que as gratificações e benefícios funcionais – como anuênios, quinquênios, “sexta parte” e bônus de produtividade –

poderiam ser levados em conta pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para atingir o valor do piso – tese também derrubada por ampla maioria de votos. Para o Supremo, o piso salarial corresponde ao vencimento básico do cargo de professor, não podendo ser interpretado como “remuneração global”. Esta decisão foi amplamente comemorada por representantes do magistério público durante o julgamento, que por diversas vezes quebraram o protocolo do STF, vaiando e aplaudindo os ministros.

Por causa do avanço da hora, o Supremo não conseguiu

A discussão sobre o piso salarial nacional dos professores da rede de ensino básico

concluir o julgamento de todas as objeções jurídicas apresentadas pelos Estados à Lei n.º 11.738. Na próxima semana, os ministros ainda terão de decidir-se é válido ou o não o dispositivo da lei que obriga os professores a dedicar um terço de sua carga horária para planejamento e aperfeiçoamento profissional (hoje reservam 20% de seu tempo).

Prefeitos e governadores alegam que essa medida não representa qualquer garantia de elevação da qualidade do ensino e acusam o MEC de ter ficado com prestígio político junto às entidades de docentes, deixando aos municípios e aos Estados os encargos administrativos e financeiros. Para os prefeitos e governadores, o aumen-

to de 20% para 33% nas atividades extraclasse dos professores da rede pública os obrigará a contratar mais professores, comprometendo o planejamento orçamentário.

No Rio Grande do Sul seriam necessários mais 27,4 mil docentes – além dos 83 mil em atividade. São Paulo, que já tem 243 mil professores, teria de contratar outros 80 mil. E Minas Gerais, com 160 mil professores, teria de contratar mais 16 mil. Pelas estimativas das Secretarias de Educação, ao inflar as folhas de pagamento essas contratações levarão muitos municípios e Estados a ultrapassar o teto de gastos com pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A esperança dos prefeitos e governadores é que o STF lhes dê ganho de causa na discussão desse dispositivo.

A universalização da educação básica foi uma conquista importante nos anos 90, mas até hoje a qualidade do ensino continua distante de um nível aceitável, como atestam os mecanismos de avaliação dos governos federal e estaduais. Embora a Lei n.º 11.738 tenha sido concebida para mudar essa situação, prefeitos e governadores continuam afirmando que o ganho de qualidade que ela poderá trazer não compensa seu custo financeiro. Como o STF recusou esse argumento, não resta às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação outra saída a não ser começar a pôr em prática o que essa lei determina, independentemente do dispositivo que ainda resta para ser julgado.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Destaque	Data: 09/04/11
Assunto: Depois do choque a reflexão		Página: 04

DEPOIS DO CHOQUE, A REFLEXÃO

Alunos e professores de Joinville tentam entender o massacre no Rio de Janeiro e fazem minuto de silêncio em homenagem às vítimas e às famílias dos estudantes mortos por atirador

GISELE KRAMA
gisele.krama@an.com.br

No dia seguinte ao massacre numa escola do Rio de Janeiro, alunos e professores de Joinville dedicaram parte do dia para refletir sobre a tragédia. Ontem, diversas instituições homenagearam os que foram mortos por um ex-aluno de uma escola pública de Realengo, que entrou armado no prédio, matou 12 e feriu outros 13 alunos.

Um grupo do Colégio Santos Anjos, no Centro de Joinville, fez um minuto de silêncio e discutiu o assunto com os professores em sala de aula. “Os professores ficaram chocados e se questionavam a respeito da segurança. Claro que o contexto é outro, mas eles estão solidários”, disse o coordenador pedagógico Adirio Schotten.

A professora Márcia de Souza Fagundes ensina filosofia e sociologia e, nas aulas, tenta abordar assuntos relacionados à violência. Ontem, ela não teve como fugir da tragédia ocorrida no Rio de Janeiro. “Levei alguns alunos para o pátio. Trabalhei temas como ciência e tecnologia. Ao abordar internet, entrei neste assunto”, lembra. A professora tentou dar uma abordagem diferente para o tema, trazendo para a discussão não somente as mortes, mas também a importância de relacionamentos saudáveis.

Na Escola de Educação Básica Rui Barbosa não foi diferente. Cada turma passou por um minuto de silêncio. Também houve orações e debates sobre o tema. “Conversamos com os professores porque é uma notícia que abalou a todos. Pedimos para que eles conversassem com as turmas”, disse a diretora Joana Durando. Segundo ela, alunos do turno da manhã pareceram mais abalados com as informações sobre o massacre. Para o professor de ensino religioso Moacir Batista, os alunos ainda estão receosos de fazer perguntas sobre o tema. “Ainda estão reservados e sem diálogo aberto”, diz.

Uma espécie de diálogo emocionado marcou as aulas com as turmas da professora de geografia Ytanja Godoy. Conforme ela, os estudantes estavam comovidos e preferiram falar sobre a importância do convívio na sala de aula.

Na Escola de Educação Básica Germano Timm, a conversa com os alunos irá ocorrer na segunda-feira, no início das aulas. O propósito é não falar somente sobre o caso do Rio de Janeiro, mas também abordar a violência de um modo geral. “Tentaremos esclarecer o máximo possível. Afinal, em princípio, é uma coisa distante. Mas que chega até nós”, lamenta o diretor Carlos Castilho Wolff.

Escolas não vão mudar rotina

O dia que sucede uma tragédia como a que houve no Rio de Janeiro é sempre de discussão sobre como evitar situações semelhantes. Apesar da rede pública de ensino ter métodos para evitar que estranhos entrem nas escolas, a Gerência Regional de Educação irá fazer um encontro com diretores no dia 19 e o assunto estará entre os temas abordados.

Mas por enquanto, a gerente Heliete Steingraber diz ser suficiente o fechamen-

to de portões. “Não há condição de ter policiamento”, lamenta. O modo para evitar o acesso direto às instituições é garantir a entrada de visitante durante as aulas somente pela secretaria.

O mesmo ocorre na rede municipal, como afirma o secretário Marcos Fernandes. Segundo ele, as escolas contam com câmeras de segurança e fechamento dos portões. “Esse fato vai possibilitar um debate. Mas não vai mudar nossa rotina.”



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Luto	Data: 09 e 10/04/11
Assunto: Perguntas e poucas respostas		Página: 03

Perguntas e poucas respostas

Repercussão. Massacre no Rio é tema em sala de aula na Capital

FLORIANÓPOLIS — Um dia de muitas perguntas e poucas respostas. Assim foi a sexta-feira dentro das salas de aula nos colégios públicos da Capital após o assassinato de 12 crianças e adolescentes da escola municipal Tasso da Silveira, em Realengo (zona oeste do Rio de Janeiro), na quinta-feira, quando um atirador disparou mais de 60 tiros, num massacre sem precedentes na história do país.

Apesar da pouca idade, faixa etária entre 12 e 13 anos, os alunos da 6ª série do ensino fundamental do IEE (Instituto Estadual de Educação) demonstraram conhecimento, discernimento dos fatos e capacidade de reflexão a respeito de um caso extremamente cruel que comoveu todo o país. Mas o dia não poderia ser diferente: muitas perguntas simplesmente não tinham respostas.

Na sala de aula, a professora de geografia Abigail Malkowski interrompeu o cronograma da matéria para levantar o assunto, não somente do massacre do Rio de Janeiro, mas também sobre a violência de uma maneira ampla. A primeira pergunta intrigou os alunos: por que dentro das escolas? Depois de alguns segundos de silêncio, a aluna Talia Aparecida Teles, 13, arriscou uma resposta. “A escola é como uma segunda casa, uma segunda família e quando a relação não vai bem em casa o problema é descontado na escola”, argumenta.

Depois de Talia, as mãos dos jovens estudantes, que aos poucos vão deixando a infância e a inocência para migrar para um mundo cheio de desafios, não paravam mais na classe. Todos queriam falar, opinar e dividir o que sabiam a respeito do caso.

Público.
O IEE tem mais de 5 mil alunos. Para cuidar da segurança, dois vigias trabalham 12 horas por dia em frente ao portão da escola. Só é permitido entrar com carteira de estudante

PESQUISA

Do livro “Violências na escola”

2005 a 2008

- **192** casos de violências nas escolas
- Nos casos de violência entre alunos e trabalhadores, a faixa etária dos agressores fica entre **13 e 18** anos
- **Meninos** são maioria entre agressores, mas o número de meninas agressoras cresce
- Há tendência da **espetacularização** dos eventos: adolescentes publicam imagens da agressão na internet

Ataque representa a fragilidade

EMANUELLE GOMES

emanuelle@noticiasdodia.com.br

@Emanuelle_ND

A violência no Rio demonstra a fragilidade dos colégios em todo o país e do ensino público. Em Florianópolis, dois adolescentes foram apreendidos com armas e munição no entorno de duas escolas na terça e quarta-feira desta semana. A Polícia Militar não descarta a possibilidade dos jovens terem entrado no colégio com a arma.

Para a gerente de ensino fundamental da secretaria estadual de Educação, Julia Siqueira, autora do livro “Violências na escola – da banalidade do mal à banalização da pedagogia”, algumas crianças têm mais facilidade de acesso à violência do que a meios de lazer. “Eles estão em contato diário com isso. A escola é uma área de convivência, e o adolescente pode levar uma arma para dentro da instituição por vários motivos, entre eles a defesa da vida.”

Já a coordenadora do Núcleo Vida e Cuidados da UFSC, Ana Maria Borges de Souza, que fez sua tese de doutorado sobre violência escolar, acredita que a solução não está na implantação de polícias dentro das instituições. “A escola é um espaço político pedagógico. Temos que pensar no papel do adulto, que serve de referência para essas crianças. Elas estão em processo de aprendizagem no mundo e vão agir de acordo com o que vivenciam por meio da mídia, em jogos de computador ou em casa”.



CLIPPING

Veículo: IstoÉ	Editoria: Educação	Data: 6/4/11
Assunto: Comportamento – Como vencer o bullying		Página: 80, 81, 82 e 83

Comportamento

COMO VENCER O BULLYING

Um terço dos adolescentes brasileiros diz sofrer agressões e intimidações na escola. Conheça alguns projetos pioneiros para combater o problema que estão dando certo no Brasil e no Exterior

Por Claudia Jordão

Isolado pelo grupo, o aluno não participa dos jogos e brincadeiras. Está sempre sozinho, é alvo de piadinhas jocosas, apelidos maldosos e, às vezes, apanha mesmo. Não é difícil reconhecer uma vítima de bullying, a criança ou adolescente que sofre violência física ou psicológica de forma constante e intencional por parte dos colegas. A prática está disseminada nas escolas, tanto no Exterior quanto no Brasil, e causa grande sofrimento para os alunos – gera ansiedade, pânico, insônia, cefaleia, entre outros – e para seus pais. Cerca de um terço dos estudantes do nono ano do ensino fundamental de 6.780 escolas do País, ouvidos para uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano passado, declarou sofrer bullying. O grande desafio de educadores, escolas e famílias é vencê-lo. Alguns projetos pioneiros indicam possíveis caminhos. Estudos científicos e experiências bem-sucedidas sugerem três vertentes a serem trabalhadas com os jovens: a empatia, a capacidade de se colocar no lugar do outro, a resiliência, a habilidade de reagir positivamente a uma situação adversa, e a criatividade, uma forma de canalizar o impulso agressivo para algum talento.

O primeiro passo, porém, é reconhecer que o fenômeno existe. “Pais e educadores não sabem diferenciá-lo de outros conflitos, não entendem que cada criança lida de maneira diferente com a violência e que muitas precisam de ajuda”, diz o psicólogo escolar e estudioso de bullying David Hornblas. Uma discussão aqui, um empurrão ali nem sempre são sinais do problema. O que faz a diferença é a intenção e a repetição das agressões. “Hoje em dia, tudo virou bullying, qualquer briguinha com um colega é justificada dessa forma”, diz Miriam Tricate, diretora do colégio Magno, em São Paulo. Para separar o joio do trigo, a escola promove encontros do corpo docente com psicólogos para que os episódios de bullying sejam identificados. Segundo Miriam, de cada dez casos trazidos pelos pais, apenas dois configuram a prática. Uma vez identificado o problema, parte-se para a ação. “Procuramos dar espaço para aquele aluno tímido que vive isolado mostrar o seu talento naquilo que gosta, por exemplo. Dessa forma, melhoramos a sua autoestima e a imagem dele para o grupo”, diz a diretora.

Ironicamente, no Brasil, as escolas públicas parecem estar mais bem preparadas para enfrentar o problema do que as particulares. A opinião é da psiquiatra e autora do livro “Bullying – Mentis Perigosas nas Escolas”, Ana Beatriz Barbosa Silva. “As públicas seguem o protocolo do Ministério da Educação”, diz Ana. “Casos de violência são registrados e encaminhados para o Conselho Tutelar, que vai até lá, apura e envolve educadores, pais e vítima na solução do problema.” Enquanto isso, muitas particulares ainda acreditam que admitir a existência de bullying é fazer marketing negativo. Além disso, quando reconhecem o problema e resolvem agir, nem sempre encontram apoio dos pais do aluno agressor – e, com medo de perdê-lo, têm dificuldade de agir. “Sempre recomendo aos pais: na hora de definir a escola do filho, não escolha a que não tem bullying, porque isso não existe. Escolha aquela que admite a existência e que mantém algum programa de prevenção e combate”, diz Ana, autora de uma cartilha anti-bullying recém-lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



CLIPPING

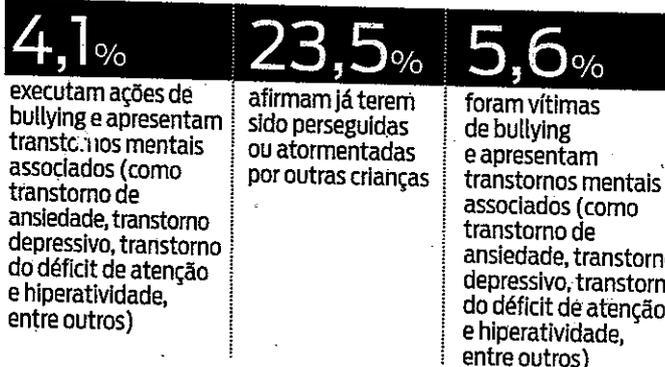
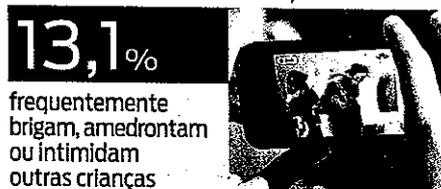
Veículo: IstoÉ	Editoria: Educação	Data: 6/4/11
Assunto: Comportamento – Como vencer o bullying		Página: 80, 81, 82 e 83

A Escola Estadual Melvin Jones, em Caxias do Sul (RS), usa a informação e o conhecimento como estratégia. No ano passado, as alunas do segundo ano do ensino médio, Edilene Antonelo Claudino, 17 anos, e Maruska Guarda da Silva, 16, desenvolveram um programa anti-bullying para ser aplicado aos

Comportamento

Bullying no Brasil

Pesquisa com 5.961 crianças e adolescentes de 6 a 18 anos das cinco regiões brasileiras revela:



Fonte: Instituto

GRUPO O Colégio Magister (SP) estimula a empatia fazendo o aluno vivenciar situações incômodas

alunos do quinto ano do ensino fundamental, baseado em palestras informativas e encontros entre pais e professores. “Os casos de bullying caíram pela metade só pelo fato de o discutirmos e mostrarmos que é errado”, diz a professora Jordana Montanari, orientadora do projeto das jovens. Edilene e Maruska sofriam com apelidos pejorativos – a primeira por ser baixa e a segunda por estar acima do peso. “Escolhemos crianças do quinto ano porque é nessa fase que as meninas engordam e os meninos ficam com a voz grossa, o que aumenta os conflitos”, diz Edilene.

Na última década, o ambiente fértil da internet fez prosperar uma forma nova de intimidação, o cyberbullying. “Protegidos pelo anonimato, os jovens fofocam, denigrem e humilham”, diz a psiquiatra Ana. “E as agressões permanecem eternamente no mundo digital, dificultando a cicatrização de

feridas.” Pedir reparação na Justiça é uma alternativa que começa a ganhar visibilidade. **No ano passado, um juiz de Minas Gerais determinou que os pais de um garoto que insultava a colega pagassem R\$ 8 mil a ela por danos morais.** Além disso, alguns governos estão tomando providências. Pelo menos quatro cidades brasileiras (Porto Alegre, Novo Hamburgo, Curitiba e Campo Grande) e o Estado de Pernambuco têm leis anti-bullying – São Paulo debate o projeto na Câmara de Vereadores. As escolas dessas localidades são obrigadas a manter um programa de combate ao problema e treinar professores para identificar e lidar com a questão.

A melhor alternativa, porém, é sempre prevenir. Orientador educacional do Centro Educacional Pioneiro, de São Paulo, o psicólogo escolar Hornblas foi contratado para desenvolver um projeto anti-bullying. Ele é membro da organização britânica de combate à violência nas escolas United Kingdom Bullying e adaptou no Pioneiro um modelo de sucesso internacional. O primeiro passo é sensibilizar os estudantes para a questão. Em 2010, crianças entre 6 e 13 anos assistiram a filmes, ouviram palestras e debateram o tema. Neste ano, na segunda fase do projeto, os alunos irão participar de concursos de redação e da criação de cartazes sobre a violência nas escolas. Os melhores trabalhos serão distribuídos e espalhados pelas imediações da



CLIPPING

Veículo: IstoÉ	Editoria: Educação	Data: 6/4/11
Assunto: Comportamento – Como vencer o bullying		Página: 80, 81, 82 e 83



FOTO: JOÃO CASTELLANO/AG. ISTOÉ

Ranking nacional*

Pesquisa mostra onde o problema é mais frequente:

Distrito Federal	35,6%
Belo Horizonte	35,3%
Curitiba	35,2%
Vitória	33,3%
Porto Alegre	32,6%
João Pessoa	32,2%
São Paulo	31,6%
Campo Grande	31,4%
Goânia	31,2%
Teresina e Rio Branco	30,8%

*A pesquisa foi realizada com alunos do nono ano do ensino fundamental de 6.780 escolas públicas e privadas do País

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

instituição, como forma de chamar a atenção para o problema. Na Grã-Bretanha, os cartazes feitos pelos alunos são afixados nas estações de metrô no entorno das escolas. “Pesquisas mostram que, na Inglaterra, esse programa reduziu em 40% os casos de bullying de maneira instantânea”, diz Hornblas.

Diferentemente do Brasil, países como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália já passaram da fase de reconhecer o problema e estão implementando uma gama de projetos. Muitos têm se mostrado eficazes e podem ser replicados em qualquer escola do mundo, com algumas adaptações. O foco é sempre o lado emocional da criança. Desenvolvido no Canadá e presente na Inglaterra e

Nova Zelândia, o programa Raízes da Empatia, por exemplo, promove esse sentimento de solidariedade entre as crianças de 5 a 13 anos na convivência com um bebê. Durante nove meses, uma vez por mês, o neném vai à classe. Eles tentam entender os sentimentos dele, imitam seus movimentos e vivenciam sua dependência. Os resultados logo aparecem. Na presença dos bebês, a criança tímida perde a vergonha, a agitada se acalma e a fechada abre sorrisos. Na província canadense de Manitoba, onde a dinâmica acontece em 300 salas de aula, um estudo constatou que, ao fim do ano letivo,

a incidência de bullying caiu quase à metade, de 15% para 8%.

Em São Paulo, o colégio Magister também acredita no poder da empatia para formar crianças mais doces e respeitadas. No sétimo ano do ensino fundamental, os alunos participam de uma dinâmica de grupo cujo objetivo é fazê-los se colocar no lugar do aluno que sofre com gozações, apelidos e agressões. Cada estudante recebe um adesivo com um apelido escrito, que é colado às costas. O aluno em questão não sabe qual é o rótulo, mas passa a ser tratado pelos amigos como tal. Após 15 minutos, todos são chamados a discutir o que vivenciaram. “A maioria relata que se sentiu muito mal, envergonhado, triste”, conta Angela Borges, coordenadora do Ma-

Clipping

CNTE

Bullying, mortal para quem o sofre (Artigo)

- ✦ Data: 11/04/2011
- ✦ Veículo: A GAZETA - MT
- ✦ Editoria: OPINIÃO
- ✦ Jornalista(s): Francisca Romana Giacometti Paris
- ✦ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

Francisca Romana Giacometti Paris

Vítima constante de apelidos humilhantes e gozações inadequadas durante toda a infância e adolescência, um jovem aluno, de 18 anos, entra na escola onde estudava e, com um revólver calibre 38, faz vários disparos, ferindo oito pessoas, e se suicida em seguida. Esse triste fato aconteceu em 2004, na cidade de Taiuva, no interior de São Paulo.

Passados sete anos, em abril de 2011, um jovem ex-aluno entra na escola onde cursou parte do Ensino Fundamental e com dois revólveres, calibre 32 e 38, faz muitos disparos, ferindo e matando vários alunos para suicidar-se em seguida, após a intervenção de um policial militar.

Esses trágicos acontecimentos, felizmente, não são comuns na realidade brasileira, porém sua natureza nos leva à perplexidade e angústia. Assim, interrogamo-nos: por que esses jovens escolheram suicidar-se em um cenário em que outros, sem culpa pela sua decisão, precisam morrer com eles? Por que voltar à escola e provocar a morte de inocentes? Certamente as respostas não são evidentes e nem singulares; todavia há uma possibilidade para tão bárbara determinação: trata-se de pessoas gravemente perturbadas mentalmente, portadores de males que lhes tiram a percepção da realidade.

Diante da violência praticada nos episódios de 2004 e 2011 há, entre outras, uma questão que merece reflexão: os dois jovens eram introspectivos, de pouco ou nenhum relacionamento. E, segundo relatos da mídia, sofreram bullying durante a vida escolar. As pessoas vitimizadas por bullying não alcançam a solidariedade imediata das escolas. Há poucos dias, uma cena gravada ganhou contornos midiáticos por conta do efeito YouTube: um rapaz australiano obeso, farto de ser vítima de bullying na escola, resolveu reagir e agredir com violência quem o insultava. O vídeo se tornou sucesso na internet e só então foi notado e discutido pelos educadores da escola.

Quando se trata de um jovem adolescente, a negação dos pares causa muito sofrimento, uma vez que, para construir sua autonomia, é preciso o "rompimento simbólico" das referências familiares, principalmente em relação aos pais, e a aquisição de outras referências que são exclusivas de seu grupo. Nessa direção, não ser aceito ou sofrer humilhação dos elementos do grupo pode significar a impossibilidade de se tornar autônomo, crescer, fazer escolhas e tomar decisões independentes. Em outras palavras, se ele não existe para seu grupo, não existe para ninguém, inclusive para si mesmo.

O grupo, por sua vez, escolhe alguns membros e os elege como "vítimas sacrificiais", são os "bodes expiatórios" nos quais o grupo projeta as limitações e imperfeições dos demais elementos. Isso para que o grupo sobreviva.

As pessoas todas, sem exceção, vivem conflitos grupais e o único meio de se livrarem desses conflitos é escolher um bode expiatório e depositar nele suas frustrações. Se tal procedimento é vital ao grupo, torna-se mortal para quem o sofre.

Não estou aqui para fazer a defesa dos jovens que cometeram os bárbaros disparos nas duas escolas, mesmo porque não conseguimos vislumbrar qualquer justificativa possível. Todavia, não podemos esquecer que os dois jovens violentos foram alunos daquelas escolas. Talvez pelo fato de serem "silenciosos", não foram motivo de discussão ou atenção nas reuniões de conselho de classe, uma vez que ficavam quietos em seus cantos, sem incomodar o transcurso das aulas. Ou talvez, por serem distanciados de si mesmos e dos outros, não foram alvo de uma relação pessoal e mais presente de algum educador.

É simplificar demais, mas, sendo professora, faço-me uma pergunta: será que tais barbáries tiveram, para eles, o objetivo de manifestar uma dor insuportável? Queriam ser reconhecidos como colegas abarbarados e temidos? Queriam ser notados? Gostariam de ser chamados pelo nome e não pelo número? Desejariam ter um olhar educador que os reconhecesse como de fato eram e não como o grupo os definia? Termino sem respostas, citando Bertolt Brecht: "A árvore que não dá fruto / É xingada de estéril. / Quem examinou o solo? / O galho que quebra / É xingado de podre, mas não haveria neve sobre ele? Do rio que tudo arrasta / se diz que é violento / Ninguém diz violentas / as margens que o cerceiam".

Francisca Romana Giacometti Paris, pedagoga e mestre em Educação, é diretora Pedagógica do Agora Sistema de Ensino (www.souagora.com.br) e do Ético Sistema de Ensino (www.sejaetico.com.br)

Clipping

CNTE

Cristovam sugere criação de agência federal de segurança escolar

- ✦ Data: 11/04/2011
- ✦ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
- ✦ Editoria: PLENÁRIO
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Outro projeto sobre o tema é o PLS 191/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que autoriza o Executivo a criar a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, com a finalidade de garantir a segurança nas proximidades das escolas. O órgão seria vinculado ao Ministério da Educação e apoiaria o intercâmbio de experiências no combate à violência nas cercanias das instituições de ensino. Também fiscalizaria e coordenaria o trabalho de segurança das polícias estaduais e do Distrito Federal, secretarias de Educação, professores, alunos e servidores.

Cristovam lembra que hoje parte das crianças deixa de frequentar as aulas e alguns professores acabam abandonando o magistério por medo da violência entre a casa e a escola, e até nas salas de aula.

"Escolas são os prédios que mais sofrem atos de vandalismo em todo o serviço público brasileiro. Esse tratamento diferenciado decorre do descaso com a educação. A população se cala diante da depredação e do vandalismo da mesma forma que aceita a continuidade de longas e intermináveis greves porque não vê valor na escola", afirma o senador. Para "fazer a revolução pela educação, a violência na rua e na sala de aula precisa ser vencida", argumenta.

Para isso, Cristovam acredita que a questão deve ser federalizada, o que propõe por meio da criação da agência que deverá cuidar da segurança de alunos e professores e impor respeito aos edifícios e equipamentos escolares. O projeto já foi aprovado na CE e terá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Clipping

CNTE

Para Gurgacz, é preciso refletir sobre educação

» Data: 11/04/2011
» Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
» Editoria: PLENÁRIO
» Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira "acende uma luz vermelha" no país, avaliou o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), para quem toda a sociedade e, em especial, o Poder Legislativo devem refletir sobre a educação das crianças, tanto nas escolas como nas famílias.

- Em que nós, seres humanos, pais de família, estamos errando? As nossas ações de hoje vão dar resultado daqui a cinco anos, daqui a dez anos, daqui a vinte anos. Precisamos identificar onde devemos mudar, onde estamos errados. É triste falar sobre esse assunto, mas precisamos falar - lamentou o senador.

Gurgacz também disse que o país precisa buscar uma educação de melhor qualidade.

- Entendo que o que aconteceu é um sinal para todos nós, brasileiros, de que precisamos voltar nosso pensamento para a educação das nossas crianças por meio da família, por meio de ações sociais no âmbito municipal, estadual e federal e, principalmente, entre a sociedade brasileira.

Ele lembrou a tradição do PDT de compromisso com a educação e citou as palavras de Anísio Teixeira: "Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é assim: vida no sentido mais autêntico da palavra".

- Sentimos e desejamos que a educação em nosso país esteja voltada para a vida da criança, levando-a a ter direito à escola de qualidade, a uma escola que lhe ofereça ambiente agradável, confortável, capaz de despertar na criança o desejo de retornar às aulas todos os dias - argumentou Acir Gurgacz.

O senador também destacou a necessidade de o país ser capaz de formar professores capacitados, "aptos e desejosos de aplicar metodologias modernas, que levem às crianças a preparação necessária para enfrentar os desafios que a vida apresenta, que formem integralmente a criança".

105065

Clipping

CNTE

Senado analisa projetos que combatem o bullying e a violência nas escolas

› Data: 11/04/2011
› Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
› Editoria: PROJETOS
› Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

Intimidações e agressões fazem parte da rotina de muitas das crianças brasileiras dentro do ambiente escolar. Rapaz responsável pelo massacre de Realengo, no Rio, na quinta-feira passada, pode ter sido uma das vítimas dessa prática

três projetos em tramitação no Senado tratam da prática conhecida como bullying, a ocorrência de intimidações e agressões no ambiente escolar, da qual pode ter sido vítima o autor do ataque que matou 12 estudantes de uma escola pública no bairro de Realengo, Rio de Janeiro, na quinta-feira.

O mais recente deles, do senador Gim Argello (PTB-DF), é o PLS 228/10, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de um ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate a intimidações e agressões.

O relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) - onde será examinado em decisão terminativa - é o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O projeto define o bullying como um conjunto de ações recorrentes de intimidações e agressões, perpetradas sem motivação aparente contra uma mesma vítima. Para Gim Argello, caracteriza-se como bullying "extenso leque de comportamentos violentos observados sistematicamente nas escolas - e também em outros ambientes sociais, como prisões, quartéis e até mesmo no trabalho".

Incluem-se no bullying insultos, intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, amedrontamento, quebra de pertences, isolamento e assédio moral, além de violência física.

O bullying, como nota Gim Argello, causa enorme sofrimento às vítimas. Isso é mais grave, acrescenta, quando se trata de bullying nas escolas, por afetar jovens "cuja personalidade e sociabilidade estão em desenvolvimento". Ele ressalta que a vulnerabilidade das vítimas costuma ser acentuada pelo fato de elas apresentarem alguma característica que as tornam diferentes da maioria dos alunos - justamente o que as faz alvos preferenciais dos praticantes de bullying.

Embora os estudos sobre o problema sejam recentes, o senador cita pontos consensuais sobre as melhores formas de prevenir e combater essa prática nas escolas: a conscientização da comunidade escolar, o desenvolvimento de estratégias adaptadas a cada estabelecimento de ensino e o protagonismo dos próprios alunos nesse processo.

Acompanhamento

O aumento no número de casos de violência escolar e a impotência das autoridades para lidar com o problema levou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a apresentar um projeto de lei (PLS 251/09) que autoriza o governo federal a implantar o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save).

O projeto já foi aprovado na CE e aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa. O relator é o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

De acordo com a proposta, o Save deve ser implantado pelo governo federal, mas funcionará articulado com os governos estaduais e municipais. Um número de telefone gratuito receberá denúncias de violência escolar. O Save também seria operado por meio de uma rede de informática que viabilizaria a integração e o tratamento das informações recebidas por telefone, fixo ou celular, correio eletrônico, sites na internet e outros meios.

Marisa Serrano disse que, nos Estados Unidos, uma das primeiras medidas de combate à violência nas instituições de ensino foi tomada em 1984, com a criação do Centro Nacional de Segurança nas Escolas (NSSC, em inglês), que tem entre suas atribuições delinear o perfil de potenciais candidatos a cometer atos de violência.

105057

Clipping

CNTE

O bullying sempre existiu

• Data: 11/04/2011
• Veículo: BRASIL ECONÔMICO
• Editoria: INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO
• Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

TOM COELHO

Educador e conferencista.

Autor de Sete Vidas - Lições para construir seu equilíbrio pessoal e profissional (Editora Saraiva)

O bullying sempre existiu. Anos atrás as vítimas eram chamadas de CDFs, nerds ou puxa-sacos. Eram jovens que se sentavam nas primeiras carteiras na sala de aula, prestavam atenção no professor e na matéria lecionada, inquiriam e respondiam perguntas, faziam o dever de casa e, conseqüentemente, tiravam boas notas. O contraponto era a "turma do fundão", formada por rebeldes e descolados.

Os atos de bullying eram bem conhecidos. Desde o "corredor polonês", onde vários estudantes se enfileiravam para escorraçar o alvo com alguns petelecos, tapas e breves pontapés, a chamada "geral", até o famigerado "te pego lá fora". A opressão era mais física do que psicológica, pois o constrangido tinha em sua defesa o fato de ser, normalmente, melhor aluno que seus agressores.

A questão é que estas ações eram contidas em si mesmas. As escolas mantinham "bedéis" para colocar ordem na casa e coibir atos de violência, sem falar que ir "parar na diretoria" era temido pela maioria dos alunos.

Contudo, se o bullying ocorresse, ao chegar em casa a vítima ainda iria ter com seus pais. Alguns poderiam dizer: "Não reaja, pois não é de sua natureza", no melhor estilo "ofereça a outra face". Já outros argumentariam: "Se apanhar de novo lá fora, e não reagir, vai levar outra surra quando chegar em casa".

Mas isso tudo são histórias de 30 ou mais anos atrás, tempos em que a educação era partilhada pela igreja, a família e a escola.

A igreja católica se viu alvejada, no Brasil, pelo avanço dos evangélicos e outras religiões, de modo que passou a se preocupar mais com seu negócio do que com seus clientes.

A família abandonou o modelo patriarcal, migrando para o nuclear. Agora a mulher trabalha fora, acumulando a chamada segunda jornada, ou seja, o cuidar dos afazeres domésticos, sobrando menos tempo para dar atenção aos filhos.

Esta nova rotina profissional levou à desagregação familiar. E assim, a educação foi entregue à tutela quase exclusiva da escola que, por sua vez, também se tornou um grande negócio.

Neste quadro, coloque como tempero os conflitos de valores, a influência da mídia e os novos paradigmas sociais.

Agora temos alunos que não respeitam professores, colegas e até os pais, pois têm grande dificuldade de lidar com o conceito de hierarquia. O apelo ao consumo transformou pátios em passarelas, por onde desfilam roupas e celulares. Os péssimos hábitos alimentares promoveram o crescimento da obesidade contrastando com a ditadura da beleza. E a cereja do bolo: a comunicação pelas redes sociais que levam as vítimas à exposição instantânea e em larga escala.

A solução para amenizar o bullying não passa por mais regras, coerção e punição. Passa pelo resgate dos valores e a conscientização sobre o que é certo e o que é errado, tarefa esta da Igreja, da família, da escola e também da sociedade.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 10/04/11
Assunto: Câmara reestuda usar fundo para educação		Página: A28

Câmara reestuda usar fundo para educação

Deputados retomam proposta de destinar 50% do Fundo Social do pré-sal para educação, vetada por Lula, por meio de emenda ao novo PNE

Vetada pela administração Lula, a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino pode ressuscitar na Câmara dos Deputados, sob a forma de emenda ao novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Entidades aguardam o retorno do PNE à pauta legislativa para pressionar as autoridades a aceitar mais de 130 sugestões ao projeto de lei, como a elevação do investimento público em educação dos atuais 5% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020 – o Executivo prevê 7%. O objetivo é tornar o plano mais ambicioso e encurtar os prazos de algumas das metas estabelecidas pelo governo para o decênio 2011-2020.

Uma comissão especial presidida pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) deverá ser instalada na próxima quarta-feira para cuidar do PNE. A versão encaminhada por Lula ao Congresso no final do ano passado contém dez diretrizes e 20 metas – entre elas, a erradicação do analfabetismo. Prevê “destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino”, sem determinar uma porcentagem, e “ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7%” do PIB.

“Os movimentos sociais e as entidades representativas de ensino superior já nos têm procurado para marcar audiência e propor alterações. Devemos chegar ao final com quase 300 emendas”, diz o deputado. Segundo Vieira, a criação de uma comissão

especial deve acelerar o andamento do projeto de lei na Casa. Depois de aprovado pelos deputados, o texto segue para o Senado. O MEC disse ao **Estado** que “está confiante na sua tramitação”.

Para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o PNE deveria apresentar objetivos mais ambiciosos. “A meta de 7% do PIB caberia dez anos atrás, hoje é preciso mais”, diz o presidente da UBES, Yann Evanovick.

Em março, representantes da UBES e da União Nacional dos Estudantes (UNE) se reuniram com a presidente Dilma Rousseff para apresentar as emendas. “Ficamos muito insatisfeitos com o veto do Lula, existia na época uma forte pressão da equipe econômica, mas agora saímos convencidos de que, caso o Congresso volte a aprovar esse tema, a presidente não o vetará”, diz o presidente da UNE, Augusto Chagas. Segundo ele, Dilma enfatizou que se mobilizaria para alcançar a meta de 7% do PIB até o final do mandato, em 2014. “O plano é mais cauteloso que a própria presidente”, diz Chagas.

É preciso ser mais coerente com as necessidades educacionais brasileiras, avalia Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que reúne 200 grupos. A entidade critica a “timidez da meta de investimentos em educação pública” e sustenta que essa “é a maior deficiência da atual proposta do Executivo”.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 10/04/11
Assunto: Entidades pedem antecipação de metas do PNE		Página: A28

Entidades pedem antecipação de metas do PNE

Objetivo é assegurar investimento de 10% do PIB em educação pública no máximo até 2020

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação defende a ampliação progressiva do investimento em educação pública, chegando a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2015 e, no mínimo, 10% do PIB em 2020. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) sustentam que a aplicação deve chegar a 7% do PIB “de forma imediata” e alcançar 10% já em 2014.

“Não adianta ter metas ousadas – e é preciso que a gente ouse –, se não garantirmos o financiamento para a realização dessas metas”, pondera a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), uma das integrantes da comissão. “Queremos promover o debate em busca de ajuste entre as demandas da sociedade civil.”

Aperfeiçoamento. Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, o texto encaminhado pelo Executivo representa um bom ponto de partida, mas ainda precisa de aperfeiçoamentos. “Há a intenção de melhorar a educação, mas só de boas intenções o mundo não vive”, disse Leão. “A proposta é tímida para as necessida-

des do Brasil, que necessita de um investimento maior para crescer de maneira sustentável”, acrescentou.

Estimativas oficiais mostram que o plano implicará investimentos de R\$ 80 bilhões nos próximos dez anos.

Outras sugestões. Enquanto o governo fala em “ampliar” até 2020 a oferta de educação infantil para atender a 50% da população de até 3 anos, a UNE e a Ubes defendem a universalização dessa oferta no mesmo período.

A CNTE apresentou emenda para universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos até 2016 - o governo trabalha com o prazo de 2020.

“Não comparo o Brasil com Coreia ou outros países, até porque a realidade de cada um é diferente, mas essas nações chegaram onde chegaram porque, em determinados momentos, investiu-se maciçamente em educação”, ressalta Leão, da CNTE. “A Coreia vivia um atraso educacional gigantesco, decidiu aplicar 14% do PIB em Educação e superou isso”, emendou.

Entre as emendas, há pontos mais polêmicos, como a proibição de circulação de capital estrangeiro nas universidades para garantir “a soberania” da educação brasileira, defendida pela UNE e Ubes, e a vedação da ostentação de símbolos religiosos nas escolas públicas, sugestão da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação. / R.M.M.



O QUE O GOVERNO E AS ENTIDADES QUEREM

Mais de 130 emendas já foram elaboradas para aperfeiçoar o texto do Plano Nacional de Educação 2011-2020. Uma comissão da Câmara dos Deputados vai cuidar do assunto e tentar conciliar interesses do governo e de entidades do setor. Abaixo, alguns pontos de divergência:

● Investimento público

Governo: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2020.

UNE e Ubes: 7% do PIB agora e 10% até 2014

Campanha Nacional Pelo Direito à Educação: 7% do PIB até 2015 e, no mínimo, 10% do PIB até 2020, sendo que 80% dos



investimentos públicos em educação devem ser revertidos para a educação básica e 20% para o ensino superior.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): Ampliar o investimento na educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, para atingir

10% do PIB até 2016.

● **Fundo social do pré-sal**
Governo: Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino.

UNE e Ubes: Destinar 50% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada pré-sal para a educação pública.
Campanha Nacional e CNTE: Destinar 50% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração do pré-sal para a educação, sendo que 30% para a União e 70% para Estados e municípios.

● **Educação infantil**
Governo: Universalizar, até

2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil para atender a 50% das crianças de até 3 anos.
UNE e Ubes: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 a 5 anos, e até 2020 a oferta de educação infantil para crianças de até 3 anos.
Campanha Nacional: Até 2016, universalizar a escola para crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de forma a atender em creches no mínimo 50% da população de até 3 anos. Até 2020, universalizar o atendimento da demanda por creche.

● Ensino fundamental

Governo: Universalizar o ensino

fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos até 2020.

CNTE: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos até 2016.

● Educação superior

Governo: Aumentar a taxa de matrícula na educação superior para 50% e a taxa entre a população de 18 a 24 anos para 33%, assegurando a qualidade da oferta.

UNE e Ubes: Elevar a taxa de matrícula na educação superior para 60% e a taxa da população de 18 a 24 anos para 40%, assegurando a qualidade da oferta e garantindo que a participação

pública nas matrículas de pelo menos 40% em 2016 e 60% em 2020.

Campanha Nacional e CNTE: Elevar a taxa de matrícula na educação superior para 50% e entre a população de 18 a 24 anos para 33%, assegurando a qualidade da oferta e a participação pública nas matrículas de pelo menos 30% em 2016 e 60% em 2020.

● Propostas adicionais

UNE e Ubes: Proibir a circulação do capital estrangeiro nas universidades para garantir qualidade e soberania da educação.
Campanha Nacional: Proibição da ostentação de símbolos religiosos nas escolas públicas.

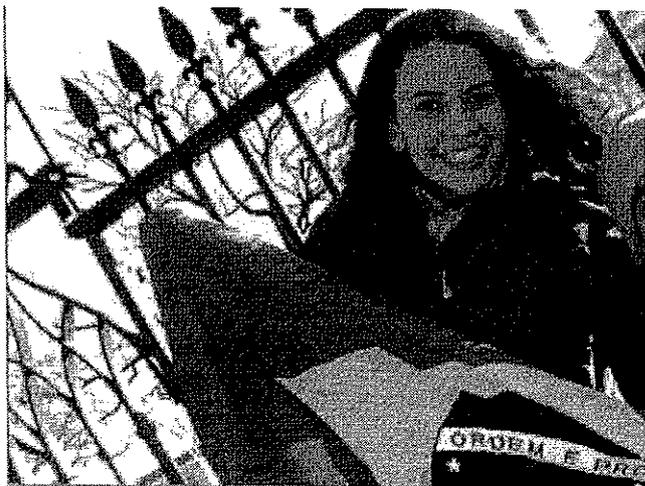


CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 11/04/11
Assunto: Entrevista Jovens Embaixadores		Página: Online

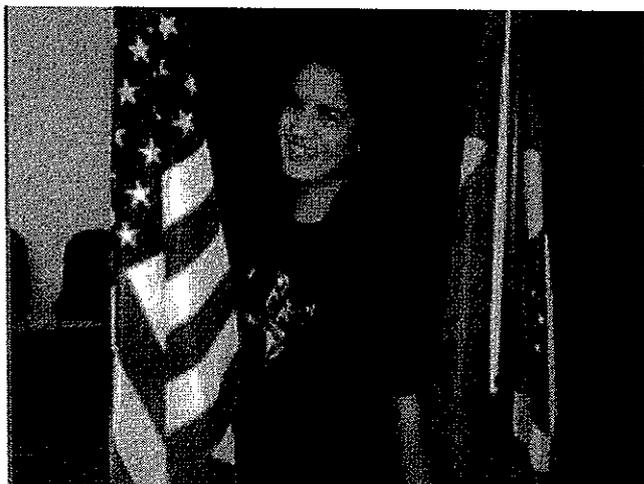
Entrevista Jovens Embaixadores

O Consed entrou em contato com alguns Jovens Embaixadores da edição 2010-2011 para uma entrevista sobre a experiência que vivenciaram no programa.



Ana Carolina Martins, de Curitiba - SC, ao ser perguntada sobre o processo de aprendizado pessoal que ficou da experiência, respondeu que estar em contato com a cultura norte-americana e melhorar o inglês já são experiências grandiosas. Observa também o crescimento humano que a experiência pode proporcionar, por meio do voluntariado, e o desenvolvimento de respeito e companheirismo, como conquistas pessoais. Sobre o

seu futuro pessoal diz que pretende implantar seu “Action Plan” (em português, Plano de Ação), projeto desenvolvido pelos Jovens Embaixadores durante o programa, e continuar em sua cidade, incentivando jovens a estudar inglês e se inscreverem em programas de intercâmbio.



Já Rízia Vitória da Silva Pinheiro, de Macapá, descreveu o processo de autoconhecimento, abordando o fato de descobrir qualidades e defeitos que não sabia que possuía. Relatou a responsabilidade de representar o Brasil no exterior, enfatizando o amor pelo seu país, e concluindo que toda diferença cultural deve ser valorizada, uma vez que cada cultura tenha seu próprio brilho.



O mineiro, de Contagem, Renato Martins Dornelas diz que poder apresentar e dividir sua própria cultura nos Estados Unidos foi um processo de aprendizado. A experiência o ajudou a quebrar estereótipos, descobrindo nos jovens americanos um povo engajado em questões sociais e voluntárias. Afirmo que se sente realizado com seu trabalho e enfatiza que ser Jovem Embaixador é mais que um sonho, é uma missão. Termina com a mensagem

de que estar no programa é experimentar tudo o que se sonhou a vida inteira, ali, bem na sua frente.



O potiguar Déberth Cláudio Nascimento, de Parnamirim, conclui a entrevista descrevendo seu Plano de Ação “Sociedade de Estudante para Estudante” (em inglês, Society from Students to Students, SSS). O plano visa ser implantado em escolas e tem por objetivo transformar alunos em voluntários que criam, entre si, projetos para melhorar a escola onde vivem. Este mesmo projeto também está sendo desenvolvido na Bahia, por Breno Oliveira e em Santa Catarina por Ana Carolina Martins. Déberth diz ainda que mantém contato com alguns Jovens participantes do programa, ressalta que estes serão futuros líderes nacionais ou internacionais e que sempre haverá compromisso e cumplicidade entre os Jovens Embaixadores, dispostos a se ajudarem independentemente da situação que o país se encontre.





CLIPPING

Veículo: Revista Época	Editoria: Brasil Educação	Data: 4/4/11
Assunto: Repetiu, mas não aprendeu		Página: 66

Repetiu, mas não aprendeu

Um estudo exclusivo mostra que reprovar não leva o aluno a melhorar seu desempenho

Camilla Guimarães

Poucas discussões têm sido tão acaloradas – e tão recorrentes – no Brasil quanto a que gira em torno da reprovação de alunos. No início deste ano, ela foi reanimada pela presidente Dilma Rousseff. Em um discurso sobre a educação no país, ela afirmou que está na hora de acabar com “essa trágica ilusão de ver aluno passar de ano sem aprender quase nada”. Em dissonância com a presidente, o Ministério da Educação (MEC) recomendava o oposto: que os alunos não sejam reprovados até o 3º ano do ensino fundamental. Uma pesquisa obtida com exclusividade por **ÉPOCA** mostra que o MEC está mais perto da verdade.

Segundo o economista Ernesto Faria, fundador e coordenador do portal Estudando Educação, especializado em pesquisas educacionais, o Brasil já reprova demais – 36% dos alunos de 15 a 16 anos já tiveram alguma reprovação, segundo dados do Pisa, um teste internacional de educação. “A reprovação só seria justificável se a repetência gerasse condições para que o aluno obtivesse um aprendizado adequado”, diz. “Mas ela não resolve as defasagens.”

Faria avaliou os dados da Prova Brasil de alunos do 5º e 9º anos de escolas públicas. Em matemática, no 5º ano, apenas 9% dos que repetiram alguma



FRACASSO
Alunos em uma sala de aula pública. A alta taxa de reprovação não melhora o desempenho

vez nas séries iniciais têm um aprendizado adequado para a idade. Entre os que nunca repetiram, a taxa é de 33% (também baixíssima, mas quatro vezes maior que a outra).

Essa conclusão reforça a posição dos educadores que defendem a progressão continuada, sistema em que o aluno só pode ser reprovado ao final de um ciclo de aprendizado (e não a cada série). A ideia é que alunos com alguma carência têm

mais chance de se recuperar se, no lugar da punição, for demonstrada confiança neles. Mas o sistema de ciclos só é adotado em cerca de 25% das escolas públicas.

O principal argumento contra os ciclos é que, sem o fantasma da reprovação, os alunos não têm estímulo. Grande parte dos professores cita ainda que, sem a ameaça de notas baixas, seria difícil manter a disciplina. A própria natureza dos argumentos mostra quão distante está a escola, principalmente a pública, do ideal de aprendizado: crianças automatizadas para explorar seu potencial, com professores que servem de guias, não capatazes.

Uma segunda linha de ataque aos ciclos é de outra natureza. Afirma que o sistema é mal aplicado, que não há condições de acompanhar os alunos deficientes com o cuidado necessário. Esse ponto faz mais sentido – e há experiências malsucedidas de sistema de ciclos no país para confirmá-lo. Mas melhorar a qualidade do ensino não é justamente criar as condições para acompanhar as crianças da forma mais individualizada possível? Não é avaliar, motivar e dar a cada uma as condições de aprender? Manter crianças que não aprenderam o suficiente na classe pode ser um estorvo. Reprová-las, na maioria das vezes, é – como mostra a pesquisa de Faria – desistir delas. ◆

A punição que não ensina A ideia de reprovar é ensinar o que não foi aprendido. Não está funcionando

DESEMPENHO

Só um em cada dez alunos do 5º ano que já foram reprovados aprende matemática e português como deveria

- Em % de alunos

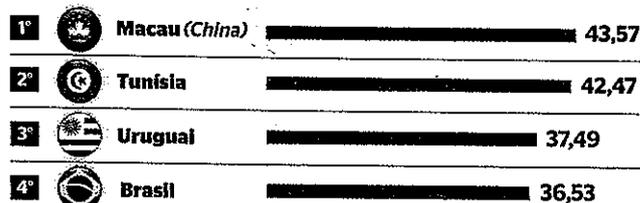
	MATEMÁTICA	PORTUGUÊS
Alunos que nunca foram reprovados	33,06% têm aprendizado adequado	27,53% têm aprendizado adequado
Alunos que já foram reprovados	9,07% têm aprendizado adequado	10,93% têm aprendizado adequado

Fonte: Prova Brasil 2007 / Estudando Educação

TAXA DE REPROVAÇÃO

Entre os 65 países do Pisa, uma avaliação internacional de educação, o Brasil é um dos que mais reprovam

- % de alunos que já foram reprovados alguma vez



Fonte: Pisa 2009 / Estudando Educação



CLIPPING

Veículo: http://www.notas10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 11/4/11
Assunto: Piso dos professores terá impacto de R\$ 1,9 bilhão nas contas municipais, diz CNM		Página: online

Piso dos professores terá impacto de R\$ 1,9 bilhão nas contas municipais, diz CNM

O impacto da lei do piso nacional do magistério no orçamento dos municípios será de R\$ 1,9 bilhão, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Cinco governadores entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a lei em 2008, mas no dia 6 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a lei é válida. A Corte determinou ainda que o termo piso deve ser considerado como vencimento inicial, excluindo-se gratificações e outros benefícios, como defendiam os proponentes da ação.

De acordo com a Agência Brasil, o valor atualizado que deve ser pago pelos estados e municípios, em 2011, é R\$ 1.187,14 por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais a profissionais com nível médio. Levantamento feito pela CNM com 1.641 municípios mostra que, considerando o piso como vencimento inicial, a média salarial paga a professores de nível médio variou, em 2010, entre R\$ 587 e R\$ 1.011,39. No caso dos docentes com formação superior, os valores variaram entre R\$ 731,84 e R\$ 1.299,59. “Quando considerado como vencimento inicial, o pagamento do piso dos professores gera um grande impacto nas finanças municipais”, informou entidade por meio de nota.

A lei do piso prevê a complementação da União aos estados e municípios que não conseguirem arcar com esses custos. Essa transferência de recursos é prevista por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A CNM ressaltou, entretanto, que o Fundeb cobre apenas nove estados e a assistência dependerá “do atendimento de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação” e, por esse motivo, “a distribuição dos recursos não será feita de maneira automática”.

“A CNM sempre reconheceu a necessidade de melhorar a remuneração dos professores, no entanto, a entidade ressalta que também é preciso assegurar os investimentos em outras áreas da educação, como o transporte escolar, material didático, reforma e construção de escolas, entre outras ações. Além disso, os gestores também devem preservar o equilíbrio das contas públicas e respeitar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz ainda a nota.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 11/4/11
Assunto: Programa de bolsas seleciona projetos para 8,9 mil alunos		Página: online

Programa de bolsas seleciona projetos para 8,9 mil alunos

A edição da última quinta-feira (8), do Diário Oficial da União (seção 3, página 25) traz a relação das instituições que tiveram projetos selecionados para participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). São contempladas cem instituições de educação superior públicas — quatro municipais, 20 estaduais e 76 federais. Nos próximos dois anos, serão atendidos pelo programa 8.928 estudantes de cursos de licenciatura e 1.429 professores da rede pública.

Criado em 2007 e coordenado pela Diretoria de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Pibid atua no estímulo à docência entre estudantes de graduação e na valorização do magistério. Essa atuação ocorre por meio de concessão de bolsas a estudantes de licenciatura para a realização de projetos em escolas de educação básica. Os projetos destinam-se à aproximação da teoria da licenciatura à prática em salas de aula da rede pública de ensino.

Além da integração entre universidade e escola, os projetos desenvolvidos propiciam aos bolsistas o contato com experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, sob supervisão de professores das escolas públicas. Têm prioridade as escolas com baixo índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb).

A Capes vai investir mais R\$ 13 milhões no custeio do programa no próximo biênio. Os participantes recebem bolsas que variam de R\$ 350 a R\$ 1,2 mil, de acordo com a modalidade de apoio — bolsista de iniciação à docência (estudantes dos cursos de licenciatura); bolsista coordenador institucional (professores das universidades federais e estaduais) e bolsista de supervisão (professores das escolas públicas estaduais e municipais).

O Pibid tem alcançado resultados expressivos, como a diminuição da evasão e o aumento da procura pelos cursos de licenciatura; a crescente participação de trabalhos de bolsistas em eventos acadêmicos no Brasil e no exterior; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a formação contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais.

Confira a relação das instituições que tiveram projetos selecionados.



CLIPPING

Veículo: http://www.not10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 11/4/11
Assunto: Brasil forma quase três vezes menos engenheiros do que países da OCDE		Página: online

Brasil forma quase três vezes menos engenheiros do que países da OCDE

As áreas preferidas de formação dos estudantes brasileiros no ensino superior são ciências sociais, negócios, direitos e serviços (37,1%) e humanidades, artes e educação (29,3%). É o que mostra levantamento feito pelo especialista em análise de dados educacionais, Ernesto Faria, do portal Estudando Educação, a partir de relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os números apontam que o Brasil forma quase três vezes menos engenheiros do que os países desenvolvidos que fazem parte do grupo.

Segundo a Agência Brasil, o estudo reuniu dados sobre 36 países. Entre todos eles, o Brasil tem o menor percentual de formandos em engenharia, indústria e construção: 4,6% do total, enquanto entre os países da OCDE a média é de 12%. Na Coreia do Sul e no Japão, por exemplo, os formandos nessas áreas respondem por 23,2% e 19% do total, respectivamente. O outro país latino-americano incluído na pesquisa, o Chile, tem 13,7% de titulados nessa área do total de concluintes.

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, afirma que a pasta já trabalha para mudar esse quadro. Uma “sala de situação” está mapeando - junto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e outros órgãos do governo - quais áreas do conhecimento, inclusive as engenharias, precisarão ter um aumento no número de profissionais formados para atender as demandas do país nas próximas décadas.

“Com a expansão do Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, lançado em 2007], dobramos a matrícula nos cursos de engenharia. Então, no horizonte de uns cinco anos, já teremos uma mudança porque os concluintes vão aumentar muito. Mas, independentemente disso, temos que avançar mais. Estamos levantando a demanda estado por estado e as necessidades de cada especialidade”, explica Costa.



Segundo o secretário, o diagnóstico deve ficar pronto nos próximos dois meses. Preliminarmente, ele aponta a engenharia naval como uma das áreas em que será necessário grande esforço. O plano será apresentado às instituições, mas elas têm autonomia para decidir onde preferem investir.

“Estamos fazendo uma projeção até 2050 porque precisamos ter uma visão estratégica do que o país precisa. O Estado vai agir como um tutor, respeitando a autonomia das universidades. Será um trabalho de convencimento, mostrando esses resultados. Em alguns casos, se for do interesse do governo, podemos propor editais”, afirma.

Mas aumentar o número de vagas e estimular a matrícula dos alunos em cursos específicos não será suficiente para melhorar o quadro. Outro problema que precisa ser atacado é a alta evasão das engenharias. “Dos mais de 100 mil que entram, saem 35 mil”, aponta o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Murilo Pinheiro. A entidade tem um projeto para estimular a entrada dos estudantes do ensino médio nos cursos e melhorar a qualidade da formação. Ele avalia que o cenário está evoluindo. A previsão é que 50 mil se formem em 2011 e o ideal, segundo ele, seria chegar a 80 mil titulados anualmente.

“Havia muita evasão porque o curso é difícil e as oportunidades de trabalho eram pequenas, os alunos não tinham estímulo para terminar. Hoje a gente começou a ter uma outra visão porque os estudantes começam a trabalhar ainda na faculdade e já saem empregados em função do crescimento do país”, avalia.

Para reduzir o abandono, é importante ainda melhorar a qualidade do ensino médio para que os alunos consigam acompanhar o curso sem dificuldade. Pinheiro conta que algumas instituições têm gastado algum tempo, no início da graduação, para reforçar os conteúdos que os alunos deveriam ter aprendido na educação básica em áreas como matemática.

Costa admite que é preciso otimizar o fluxo. “O problema precisa ser trabalhado internamente nas universidades”, diz.

Clipping**CNTE****No ensino, R\$17 bi sem controle**

• Data: 11/04/2011
• Veículo: O GLOBO
• Editoria: O PAÍS
• Jornalista(s): Hans von Manteuffel
• Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

FUNDEB SEM FISCALIZAÇÃO**No ensino, R\$17 bi sem controle**

Repasses do Fundeb a estados e municípios não têm órgão federal que centralize fiscalização

Hans von Manteuffel

Roberto Maltchik e Demétrio Weber

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) repassou R\$17,1 bilhões a governos estaduais e municipais desde a criação do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2007. Dinheiro que deveria ajudar os estados mais pobres, onde a arrecadação é insuficiente para garantir o mínimo de investimento no ensino público. Porém, ninguém no governo assume a responsabilidade do controle direto de tamanho volume de recursos. E a falta de fiscalização dá margem a inúmeras irregularidades, que vão desde licitações fraudulentas e apresentação de notas frias até o desvio de dinheiro que deveria pagar os salários dos professores.

Em 2011, serão mais R\$7,8 bilhões. Sem que a lei designe um órgão específico para acompanhar o uso das verbas federais do Fundeb, o controle fica a cargo de conselhos locais, que funcionam precariamente e sofrem todo tipo de pressão política.

O vazio de fiscalização é criticado pelo Ministério Público e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que correm atrás do leite derramado. O pouco que vem à tona é revelado por denúncias ou sorteio: o programa de fiscalização da CGU, que seleciona municípios aleatoriamente, mostra que, entre 2007 e 2008, 41% das prefeituras investigadas tinham licitações fraudulentas e 58% gastavam dinheiro do Fundeb de maneira indevida.

Essa pequena amostragem revela casos emblemáticos do assalto à educação. Em Bequimão (MA), a CGU constatou que a prefeitura se especializou em fraudar folhas de pagamento de professores que nunca viram a cor do dinheiro. A suspeita é que tenham sumido R\$2,6 milhões de abonos e gratificações para educadores. Documentos falsos foram usados para justificar saques de R\$401.545,90 na conta do Fundeb. No exemplo mais extremo, um grupo de professores ainda espera pelo salário de dezembro de 2008, em desvio que somaria R\$59.064,67.

De 25 irregularidades encontradas pela CGU no uso do dinheiro da educação em Cachoeira do Piriá (PA), seis envolvem diretamente o Fundeb. A prefeitura não comprovou a

Clipping

CNTE**10/04/2011 - Câmara reestuda usar fundo do pré-sal para educação**

> Data: 10/04/2011
> Veículo: CLICABRASÍLIA
> Editoria:
> Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

10/04/2011 às 10:40:00

Vetada pela administração Lula, a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino pode ressuscitar na Câmara dos Deputados, sob a forma de emenda ao novo Plano Nacional de Educação (PNE). Entidades aguardam o retorno do PNE à pauta legislativa para pressionar as autoridades a aceitar as mais de 130 sugestões ao projeto de lei, como a elevação do investimento público em educação dos atuais 5% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020 - o Executivo prevê 7%. O objetivo é tornar o plano mais ambicioso e encurtar os prazos de algumas das metas estabelecidas pelo governo para o decênio 2011-2020.

Uma comissão especial presidida pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) deverá ser instalada na próxima quarta-feira para cuidar do PNE. A versão encaminhada por Lula ao Congresso no final do ano passado contém dez diretrizes e 20 metas - entre elas, a erradicação do analfabetismo. Prevê "destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino", sem determinar uma porcentagem, e "ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7%" do PIB.

"Os movimentos sociais e as entidades representativas de ensino superior já nos têm procurado para marcar audiência e propor alterações. Devemos chegar ao final com quase 300 emendas", diz o deputado. Segundo Vieira, a criação de uma comissão especial deve acelerar o andamento do projeto de lei na Casa. Depois de aprovado pelos deputados, o texto segue para o Senado. O MEC disse ao Estado que "está confiante na sua tramitação".

Para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o PNE deveria apresentar objetivos mais ambiciosos. "A meta de 7% do PIB caberia dez anos atrás, hoje é preciso mais", diz o presidente da UBES, Yann Evanovick. Em março, representantes da UBES e da União Nacional dos Estudantes (UNE) se reuniram com a presidente Dilma Rousseff para apresentar as emendas.

É preciso ser mais coerente com as necessidades educacionais brasileiras, avalia Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que reúne 200 grupos. A entidade critica a "timidez da meta de investimentos em educação pública" e sustenta que essa "é a maior deficiência da atual proposta do Executivo". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Agencia Estado

Clipping

CNTE

MEC vai mapear mercado e sugerir novos cursos

➤ Data: 11/04/2011
➤ Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
➤ Editoria: VIDA
➤ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Para que o Brasil não tenha um apagão de profissionais, o Ministério da Educação (MEC) elabora um plano de metas de expansão do ensino superior até 2050. O mapeamento completo, que deve ser finalizado no fim do ano, vai elencar as carências por região e áreas de conhecimento. A primeira parte do projeto, voltada às engenharias, deve estar pronta daqui a dois meses.

Além de mapear o mercado, o MEC vai sugerir novos cursos. "Chamo isso de provocação positiva", afirma Luiz Cláudio Costa, secretário de ensino superior do MEC. Segundo Costa, é preciso, por exemplo, investir na formação de um profissional que tenha uma visão ecológica-industrial, isto é, que conheça as questões ambientais mas não despreze o avanço econômico. "Precisamos responder rapidamente a questões que não podem ser gargalos ao nosso desenvolvimento econômico", diz o secretário.

Clipping

CNTE

De olho no resultado rápido

- ✦ Data: 11/04/2011
- ✦ Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
- ✦ Editoria: POLÍTICA
- ✦ Jornalista(s): Tiago Pariz
- ✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em detrimento da Saúde e da Educação, deputados e senadores privilegiam ministérios do Turismo e do Esporte na hora de apresentar emendas parlamentares.

Tiago Pariz

Foco dos mais recentes escândalos de desvios de dinheiro público, os ministérios do Esporte e do Turismo receberam mais dinheiro de emendas parlamentares do que áreas sensíveis, como Educação e Saúde em 2011. As duas pastas que concentram obras construção de quadras poliesportivas e feiras de turismo absorveram pouco mais de R\$ 2 bilhões de recursos de deputados e senadores, superando em cerca de R\$ 400 milhões aplicações nos ministério da Saúde, da Educação e em instituições de ensino superior e técnico federais.

A explicação é que as pastas de Esporte e Turismo se especializaram na celeridade para a liberação de emendas - a maneira mais rápida para os congressistas apresentarem ao curral eleitoral a realização de algum feito durante o mandato. Os valores se limitam às emendas individuais e excluem as de bancadas e de comissão. Desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os dois órgãos conseguem engordar seus irrisórios orçamentos com as emendas.

Os deputados e senadores preferem investir em projetos de esporte e de lazer do que na qualificação de escolas, atenção básica em saúde e habitação de interesse social, de acordo com levantamento da consultoria de Orçamento da Câmara. O programa que mais recebeu dinheiro no Orçamento, levando-se em conta todas as emendas, é o Turismo social no Brasil: uma viagem de inclusão, com R\$ 6,1 bilhões. Na educação, o programa Qualidade na escola levou R\$ 1,2 bilhão. Já na Saúde, o campeão ainda é o Assistência ambulatorial e hospitalar especializada, com R\$ 7,1 bilhões. Essa última rubrica foi alvo de desvios no escândalo dos sanguessugas.

Colocado, agora, como uma das prioridades para evita desastres climáticos como o que matou mais de 900 pessoas na Região Serrana do Rio de Janeiro, o programa de prevenção e preparação para desastres recebeu apenas R\$ 356 milhões.

A discrepância de valores se torna mais gritante na estratégia de parlamentares de não concluir a construção de uma quadra, por exemplo, num único ano. A obra, muitas vezes, acaba se estendendo durante todo o mandato do deputado ou senador.

Indústria e comércio

Na briga entre esporte e turismo contra saúde e educação, o Ministério das Cidades dança sozinho. A pasta concentra o maior valor de emendas individuais, com R\$ 1,42 bilhão, à frente de Turismo (R\$ 1,38 bilhão) e Saúde (R\$ 1,12 bilhão). Em paralelo, pastas como Ciência e Tecnologia e Cultura representam por volta de 2% de todo o dinheiro de investimento sugerido pelos parlamentares. A pasta menos atrativa ao dinheiro dos

parlamentares é a de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com apenas 0,23% do total, ou R\$ 18 milhões.

Por enquanto, as emendas não estão sendo executadas, não por conta de irregularidades, mas devido ao corte de R\$ 50 bilhões nos gastos públicos. O fato é que a radiografia das emendas de 2011 se repete de 2008 em diante. A liberação do dinheiro de Saúde e Educação não poderá ser contingenciada, mas a execução nos últimos anos ocorreu de forma mais morosa do que a de Esporte e Turismo, por isso a preferência dos parlamentares. Só que neste ano, com a redução das despesas, serão projetos educacionais e de saúde os que terão dinheiro liberado. Toda a verba de emendas foram bloqueadas e ainda não há previsão se sairá dos cofres públicos.

Clipping

CNTE

A educação que queremos

› Data: 11/04/2011
› Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA - DF
› Editoria: BRASIL
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 CNTE
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

Campanha visa ampliar ensino em 50% até 2016 e não 2020 como quer o governo

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação defende a ampliação progressiva do investimento em educação pública, chegando a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2015 e, no mínimo, 10% do PIB em 2020. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) sustentam que a aplicação deve chegar a 7% do PIB "de forma imediata" e alcançar 10% já em 2014.

Recentemente, a **CNTE** apresentou emenda para universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda população de seis a 14 anos até 2016, o governo trabalha com o prazo de 2020.

"Não adianta ter metas ousadas, é preciso que a gente ouse, se não garantirmos o financiamento para a realização dessas metas", pondera a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), uma das integrantes da comissão. "Queremos promover o debate em busca de ajuste entre as demandas da sociedade civil."

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**CNTE**), Roberto Leão, o texto encaminhado pelo Executivo representa um bom ponto de partida, mas ainda precisa de aperfeiçoamentos. "Há a intenção de melhorar a educação, mas só de boas intenções o mundo não vive", disse Leão. "A proposta é tímida

para as necessidades do Brasil, que necessita de um investimento maior para crescer de maneira sustentável", acrescentou. Estimativas oficiais mostram que o plano implicará investimentos de R\$ 80 bilhões nos próximos dez anos.

OUTRAS SUGESTÕES

Enquanto o governo fala em "ampliar" até 2020 a oferta de educação infantil para atender a 50% da população de até 3 anos, a UNE e a Ubes defendem a universalização dessa oferta no mesmo período.

A **CNTE** apresentou emenda para universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos até 2016, o governo trabalha com o prazo de 2020.

"Não comparo o Brasil com Coreia ou outros países, até porque a realidade de cada um é diferente, mas essas nações chegaram onde chegaram porque, em determinados momentos, investiu-se maciçamente em educação", ressaltou Leão, da **CNTE**. "A Coreia vivia um atraso educacional gigantesco, decidiu aplicar 14% do PIB em Educação e superou isso", emendou.

SAIBA +

